

A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização

2

*The classroom in the 19th century:
discipline, control, organization*

Eduardo Arriada^{*}
Gabriela Medeiros Nogueira^{**}
Mônica Maciel Vahl^{***}

Resumo: Este artigo consiste em um estudo sobre a utilização do espaço escolar no século XIX, mais especificamente, a sala de aula. Espaço onde as relações de dominação, controle e disciplina instituem um modelo de educação. Tomando como fontes de pesquisa memórias de estudantes, ofícios de professores, programas de escolas, relatórios da instrução pública, imagens iconográficas, etc., o texto procura demonstrar as relações de poder engendradas no espaço da sala de aula, relações permeadas de conflitos e sujeições. As modernas práticas de ensino, surgidas no decorrer do século XIX, impuseram, entre outras formas de controle e organização, o uso racional, metódico e “eficiente” dos espaços escolares. Os novos modelos pedagógicos e os planos de ensino racionalizavam os menores aspectos desse universo: horário para entrar e sair, horário para determinadas atividades, tipos de material escolar, modos de sentar, normas a serem cumpridas. Embora o contexto do espaço da sala de aula possa se referir a todos os níveis de escolarização, a análise prioriza o secundário. Como suporte teórico, utilizamos autores como: Foucault, Álvarez-Uría, Varela, Petitat, Compère, etc.

Palavras-chave: Espaço escolar. Disciplina. Educação no século XIX.

Abstract: This article consists of a study about the school space and its utilization in the XIX Century, as to be more specific, the classroom. A space in which all relations of domination, control and discipline institutes

^{*} Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor no PPGGE da FaE da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Centro de Estudos e Investigação em História da Educação (Ceihe).

^{**} Doutora em Educação pela FaE/UFPel e Professora no PPGEduc do Instituto de Educação da Fundação Universidade de Rio Grande (Furg).

^{***} Bolsista de Iniciação Científica do Ceihe na UFPel.

a model of education. Having taken as sources of research students' recollections, teachers' duties, school programs, public instruction reports, iconographic images, etc, this text attempts to demonstrate the power of relations engendered in the classroom space; relations which are permeated by conflicts and subjection. The modern school practices emerged during the XIX Century, and imposed, amongst other ways of control and organization, the rational, methodical and "efficient" use of the school spaces. The new pedagogical models and the teaching plans rationalised the small aspects of this universe. Time to enter and leave the classroom, time for established activities, types of school material, manners of sitting down, rules to fulfill. Although the context of the classroom space may refer to all levels of schooling, this analysis prioritises high school. As theoretical support, it has been employed authors such as: Foucault, Álvarez-Urfa, Varela, Petitat, Compère, etc.

Keywords: School space. Discipline. Education in the XIX Century.

Introdução

O nascimento do mundo moderno apresenta-se como uma era de profundas transformações, sejam elas no âmbito econômico, na estruturação e no domínio do modo de produção capitalista, sejam elas numa nova concepção mental de mundo, isto é, o predomínio de uma racionalidade embasada no conhecimento científico.

Dentro de uma concepção cultural, a modernidade opera modificações profundas. Primeiramente, temos um processo de laicização, emancipando a forma de pensar da sociedade, sobretudo da elite esclarecida, de uma cosmovisão religiosa; num segundo momento, um processo de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes que se organizam sob o primado da razão.

A modernidade, tal como foi analisada por alguns estudiosos, seja Marx, Weber ou até mesmo Baudelaire, caracteriza-se, em certa medida, pela implantação do modo de produção capitalista, pelo uso de uma racionalidade instrumental e pela laicização e secularização do Estado. Tanto a ciência quanto a arte e as relações sociais, libertas dos valores religiosos, tornam-se esferas independentes e passam a elaborar códigos normativos que determinam suas práticas e estratégias de dominação. A racionalidade instrumental impõe uma lógica de disciplinamento das relações entre o capital e o trabalho, e essa nova configuração é constitutiva de todas as

relações da vida social, seja na esfera do trabalho, da família, seja na da escola, etc.

Diversos estudiosos da modernidade (Benjamin, Foucault, Simmel, entre outros) começavam a perceber que, por trás do avanço da ciência, do domínio sobre a natureza, etc., também existia um lado perverso dessa dialética: opressão, miséria, subordinação, disciplina. Portanto, “não só a sociedade moderna é um cárcere, como as pessoas que aí vivem foram moldadas por suas barras”; “somos seres sem espírito, sem coração”, quase poderíamos falar: “sem ser”. É o que futuramente dirão os pensadores pós-modernos: “O homem moderno como sujeito – como um ser vivente, capaz de resposta, julgamento e ação sobre o mundo – desapareceu.” De forma um tanto assustadora, “o cárcere não é uma prisão, apenas fornece a uma raça de inúteis o vazio que eles imploram e de que necessitam”. (BERMAN, 1987, p. 27).

Esses eventos contraditórios, mas radicais, vão se afirmando, assim como aqueles processos sociais de racionalização, de secularização. Nesse processo, cada vez mais, a escola administrada pelo Estado assume um papel determinante e hegemônico; aos poucos, se organiza o que denominamos de “moderno sistema escolar”, ainda que embrionário, e as principais características desse novo mundo estão presentes. Estrutura-se uma articulação entre os diversos níveis, isto é, entre o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Superior.

Diversas são as incoerências e os questionamentos da modernidade, que, se, por um lado, apregoa a igualdade e a liberdade, por outro, perpetua uma ação incisiva do Estado, um estado cerceador, controlador e disciplinador de condutas.

Em relação à escola, nascem os grandes sistemas públicos de educação. Modelo de escola que não apenas instrui e forma, mas também impõe comportamentos e valores, que se articulam em torno da didática, da racionalidade, da disciplina, das práticas repressivas, uma escola não mais caracterizada como nos fala Ariès (1988), pela “promiscuidade das diversas idades”.

As novas instituições escolares: os colégios

Os colégios eram instituições criadas com a finalidade de receber os jovens da alta sociedade. Com duração média de quatro a seis anos, com custo elevado, somente os filhos de famílias de posse poderiam desfrutar de uma vida acadêmica tão longa. Típicas escolas preparatórias, os colégios tinham uma única preocupação: preparar adequadamente os jovens para o ingresso nas academias. Não sendo escolas voltadas para uma formação do “saber-fazer”, isto é, não tinham como ideário uma formação para o trabalho. Sendo relativamente onerosas e com um currículo centrado no humanismo, acabavam sendo privilégio de poucos.

O ingresso dos meninos nos colégios (tanto externos, como internos) no século XIX, com certeza, era algo marcante. Essa memória coletiva é representativa de diversos autores. Na obra *Madame Bovary*,¹ Gustave Flaubert nas páginas iniciais conta o ingresso do menino Carlos. Encabulado, tímido, rapaz da zona rural, com idade aproximada de 15 anos, nesse primeiro dia, é motivo de chacota por parte dos colegas.

Em *O Ateneu*, Raul Pompéia (1905, p. 7), de certa forma, relata autobiograficamente as suas lembranças: “O internato! Destacada do conchego placentário da dieta caseira vinha próximo o momento de se definir a minha individualidade. Amarguei por antecipação o adeus às primeiras alegrias; olhei triste os meus brinquedos, antigos já!”

Magalhães, em diversas cartas escritas ao filho, registra esse momento de ingresso dos pequenos no colégio.

Meu querido Tintim. Colégio Andrés, Juiz de Fora. Faz uma semana que te abracei na sala de entrada do teu colégio, entregando-te ao diretor dele e dizendo-lhe: – Tem hoje mais um filho, doutor. Quando te ergui nos meus braços, à altura da minha boca trêmula, no abraço e no beijo da despedida, teus olhos, mareados de

¹ Romance publicado originalmente em 1857. “Estávamos a estudar, quando o diretor entra, seguido de um novato, vestido modestamente, e um servente sobraçando uma grande carteira. Os que dormiam despertaram e puseram-se de pé como se os tivessem surpreendido no trabalho. [...] Começou-se a recitar a lição. Ele era todo ouvidos, atento como a um sermão, nem mesmo ousando cruzar as pernas, nem apoiar-se no cotovelo. E, às duas horas, quando toca a sineta, o professor é obrigado avisá-lo de que era preciso entrar em fila conosco.” FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary: moeurs de province*. Paris: G. Charpentier, 1884. p. 1. (Tradução dos autores.)

lágrimas, revelavam um espanto, que os dilatava [...]. Teu pai. Rio, 25.05.1894. (MAGALHÃES, 1899, p. 79).

Segregados do mundo, quando são levados para essas instituições, os meninos vão aos poucos descobrindo a realidade do isolamento, as hostilidades dos colegas. A permanência no colégio, as severidades e ameaças dos professores marcavam a sua personalidade para o resto da vida. As minúcias com que são elaborados os calendários escolares, os programas, os horários e as atividades são exemplos mais do que evidentes de que um dos papéis desempenhados pelas instituições escolares é normatizar e regular o processo educativo. Com base nisso, se estabeleciam os ritmos da escola. Essas novas instituições representam uma relação permeada de controle, distribuição do tempo e usos diferenciados dos espaços escolares,² onde se executam as atividades com regularidade assustadora e em etapas bem-delimitadas. Por exemplo: horário para ingresso, horário para sair, tempo marcado de cada aula, intervalos regulados entre uma aula e outra, tempo para recreio, etc.

O ensino e a aprendizagem do controle do tempo estão intimamente vinculados à construção das idades sociais, em especial, das crianças e dos jovens. As representações e as práticas dos jovens se prendem a uma raiz histórica – a modernidade – que se expressa na justificação e legitimidade da vigilância e na supervisão dos tempos e dos ritmos.

No colégio, os jovens já tinham internalizado parcialmente as primeiras noções de temporalidade, fruto da escola primária. Agora essa percepção está relativamente construída, noção de um tempo medido e cronometrado. A grade das disciplinas marca a distribuição do tempo: agora aula de latim, depois história, etc. O tempo escolar é, ao mesmo tempo, tempo disciplinar: horário de entrada, horário de aula, horário de intervalo, horário de saída.

Desse modo, a instituição escolar assume o papel de disciplinadora do tempo e das condutas, uma rede completa e complexa que se traduz em uma organização das rotinas imperceptíveis e à qual devem se habituar todos os atores: diretores, professores, inspetores, alunos, etc. (COMPÈRE, 1985; VARELA; ÁLVAREZ-URÍA, 1991; PETITAT, 1994; CARON, 1996).

² Sobre o espaço escolar, consulte-se: Viñao Frago (1995, 2005).

As instituições educativas prescrevem minuciosamente cada uma das atividades que devem ser executadas num determinado tempo, um tempo medido, controlado, disciplinado. Podemos falar de um “tempo escolar” numa referência à conceituação de Viñao Frago (1995).³

O espaço por excelência de vivência e controle do corpo discente é a sala de aula, isso não implica dizer que não existam outros espaços ocupados pelos alunos: o pátio, os corredores, os banheiros, a biblioteca, a sala do diretor, etc. Diversos são os espaços de circulação, contudo nenhum se equipara ao espaço da sala de aula.

Tendo como modelo Hippeau, citado por Oliveira (2003),⁴ considerava como uma sala de aula ideal aquela que dispusesse das seguintes condições: estar situada no centro do edifício onde as janelas deveriam estar localizadas distantes da rua “a fim de evitar-se que os meninos se distraiam”. Ainda tendo Hippeau como guia, acrescentava:

No centro, um vasto espaço, dividido em tantos compartimentos quantas aulas deve haver. As preferidas são separadas por tabiques envidraçados. Numa das extremidades há um estrado onde o principal ou o diretor vigia todas as aulas, seis ou oito ordinariamente, contendo cada uma 50 a 60 alunos. Cada aluno está assentado numa cadeira fixa no chão, diante de uma pequena mesa ou escrivaninha com gaveta onde se metem os livros, lápis, régua, papel, pedras. Um quadro preto, mapas para leitura, cálculo, e geografia, estão suspensos nas paredes. Todos esses objetos, aseados, elegantes, cômodos, estão arranjados com muita ordem. (Apud OLIVEIRA, 2003, p. 262).

Esse era um modelo almejado, a realidade brasileira apontava ao contrário em muitos aspectos. Os pareceres, apresentados para a preparação do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro em 1883, eram unânimes em

³ *Una de las modalidades temporales es el tiempo escolar, un tiempo también diverso y plural, individual e institucional, condicionante de y condicionado por otros tiempos sociales; un tiempo aprendido que conforma el aprendizaje del tiempo; una construcción, en suma, cultural y pedagógica; un “hecho cultural”.* (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).

⁴ Oliveira (1843-1887) escreveu a obra *O ensino público* em 1874, em São Luís pela Tipografia do País. Obra reedita em 2003 pelo Senado Federal.

ressaltar a falta de material escolar.⁵ Nesse sentido “a nossa pobreza toca a miséria; sem casas apropriadas, sem mobília conveniente, sem utensis, isto é, sem organização material”, é difícil de acreditar que funcione a escola brasileira. Quanto ao uso de “bancos-carteiras”, seja pelo acanhamento das salas ou por razões econômicas, “ainda são distribuídos na razão de um para quatro alunos, o que não só prejudica a disciplina escolar, mas dificulta o processo de escrita”. Quadros de leitura, de história natural e cartas geográficas são objetos que não se encontram em nossas escolas, conclua o parecer. (5ª Questão. PARECER DE JANUÁRIO DOS SANTOS SABINO, p. 6-7).

A respeito dos assentos e das carteiras para os alunos, sob o ponto de vista do discurso higienista, o parecer de José Manoel Garcia era no sentido de priorizar o uso de carteiras individuais:

Prescindindo da discussão por amor da brevidade, declaro que de quantos tipos pude examinar de visu e de quantos nos dão notícia o relatório de Mr. Braun, os do congresso belga, e as monografias de Mr. Narjoux, para as escolas mistas principalmente prefiro o do orfilinato Rothschild, de Paris, com assento isolado, por ser o mais simples e o mais cômodo. Uma vez que se lhe de tamanho proporcionado a idade e desenvolvimento físico dos alunos, presta-se ele a arredá-los das distrações, oferece garantia de moralidade e não embaraça o asseio das aulas. (5ª Questão. PARECER DE JOSÉ MANOEL GARCIA, p. 10).

⁵ Era comum, na época, as autoridades enviarem comissões para visitarem as escolas. O representante do governo gaúcho, Damasceno Vieira Fernandes, informava: “A comissão não pode deixar de reclamar a atenção da Ilma. Câmara para a excessiva deficiência de livros, que se nota nas aulas, dificultando extraordinariamente o ensino, por quanto se o professor quer cumprir perfeitamente a sua missão, vê-se na penosa contingência de compilar para seus discípulos noções de geografia, aritmética, história do Brasil, por haver falta de compêndios nas aulas. Este fato a comissão teve ocasião de verificar nas aulas que percorreu.” (Relatório do estado da instrução pública, 15.12.1879). (Manuscrito: arquivo dos autores).

Contudo, a realidade brasileira estava muito distante do considerado ideal. Em documento retratando o contexto da Província do Rio Grande do Sul, as autoridades públicas, ao relatarem como se encontrava o ensino na cidade de Rio Grande, constatavam ser muito diferente da Suécia e dos Estados Unidos, bem como de “outros países mais adiantados do que o nosso”. Nesses países, os meninos se acham “cada qual no seu banco [...] e mesmo estando próximos uns dos outros, não o estão a ponto de se tocarem”. (OFÍCIO, de 8.1.1879).

Entre nós tudo é bem diferente disso. Um banco serve nas nossas escolas para 10 e 15 meninos, e do mesmo modo as estantes e mesas; e assim acham-se os meninos em contato imediato. V^a. S^a compreende o mal que desta aglomeração de crianças pode resultar, não sendo todas educadas com o mesmo cuidado pelas mães, e sendo muito diversos os meios em que passaram os primeiros anos de sua infância. (OFÍCIO, de 08.01.1879).⁶

Do ponto de vista pedagógico, as carteiras individuais são consideradas as mais aptas para as escolas. Elas possibilitavam uma maior distância entre os alunos, coibindo, dessa forma, bagunças e desordens. Isolava os corpos, em razão de normas de boa conduta, garantindo a disciplina, o estudo, e a melhor vigilância por parte do professor. No entanto, apontava Rodrigues da Costa, que o grande senão era que as carteiras individuais demandavam maior espaço nas salas de aula. Assim, seu parecer quanto às carteiras era:

Eu entendo que o sistema de uma só carteira e um só banco para cada aluno deve ser o preferido; a disciplina ganha pela facilidade das evoluções na aula; a educação lucra, porque o aluno se habitua a responsabilidade de seus atos, a qual, com esta mobília, não pode tão facilmente ser dividida com os outros. Julgo também preferível que o banco tenha encosto baixo, côncavo no sentido horizontal e convexo no vertical, por isso que, se adaptando melhor a parte posterior do corpo que nele descansa, dá ao menino uma posição correta e mais cômoda; o que evita torsião na espinha, e permite

⁶ Manuscrito: arquivo dos autores.

atenção mais intensa e extensa. As carteiras individuais demandam, porém, muito espaço. (5ª Questão. PARECER DE MANOEL OLYMPIO RODRIGUES DA COSTA, p. 12).

Tudo era minuciosamente ordenado, os novos modelos de carteira buscavam disciplinar os corpos, posturas adequadas eram cobradas na busca de rapidez, rendimento e competência. A postura correta do aluno agora tinha um caráter orientado pelos higienistas:

O cotovelo assenta na mesa, perto do bordo. Em consequência, a parte superior do corpo, volvida sobre si mesma para a direita debruça-se mais ou menos para frente, segundo o grau de distância existente entre a carteira e o banco. A mão direita posa no caderno, enquanto o cotovelo direito vem apoiar-se de encontro as costelas. (BARBOSA, 1883, p. 329).

Essas questões não mereceram apenas a preocupação dos educadores, mas também de arquitetos, médicos e higienistas. No último quartel do século XIX, reforçava-se a convicção nos educadores mais esclarecidos de que a escola tinha um papel importante a cumprir. Rui Barbosa (1883, p. 328), em seus pareceres, apontava a questões como iluminação: “Todas as autoridades concordam em que a claridade mais cômoda e sã para os olhos é a que penetra somente por um lado da sala.” Ainda: Quais são os tipos mais adequados de mobiliário? Qual é a dimensão necessária às carteiras e aos bancos escolares? Estavam adequados às idades dos alunos? Qual é a posição ideal dos alunos no ato de escrever?

Alguns materiais didáticos eram indispensáveis ao bom funcionamento das escolas. Nas salas de aula, de acordo com a maioria dos regulamentos, deveria constar: a imagem do Senhor crucificado, um relógio, um armário, uma mesa com um estrado, uma cadeira de braços para o professor, bancos e mesas inclinadas com tinteiros fixos para os alunos, uma ampulheta, um quadro grande de madeira pintado de preto, esponjas e giz, ardósias, papel e compêndios, cabides para chapéus e régua com guarnição de metal. O uso em sala de aula implicava tanto por parte dos professores como dos alunos a correta utilização do material. Ao Conselho Diretor cabia informar o tempo de duração dos mesmos, a fim de refazerem os pedidos. Além

disso, deviam zelar pelo asseio, mantendo as salas limpas. Ordem, higiene e asseio faziam parte do comportamento e das atitudes dentro do recinto da sala de aula. Eles eram componentes da disciplina escolar, moldando e reforçando valores morais. Era de praxe os colégios informarem às autoridades públicas o rol de objetos existentes na sala de aula.⁷ O Professor Joaquim Louzada relata em ofício o “inventário” dos bens constantes no espaço da sala de aula: “Duas armas imperiais. Um armário em mau estado. Seis classes em mau estado. Seis classes boas. Um globo terrestre. Vinte bancos. Duas pedras grandes. Uma mesa. Uma mesinha. Uma cadeira. Um estrado. (1879).”⁸

Desse modo, a sala de aula pode ser considerada o espaço por excelência do convívio escolar. Ali no recinto fechado de um espaço reduzido, alunos e professores se relacionam diariamente. Uma disputa velada de poder ocorre à vista de todos.

O controle sobre o corpo discente é feito por técnicas e estratégias, que a maquinaria engendra. Valorização dos “bons comportamentos”, avaliação das disciplinas, dos exames, das premiações... O olhar panóptico vigia tudo e todos, desde atitudes, gestos, comportamentos até condutas e notas, ou seja, todos os espaços escolares são vigiados: corredores, pátios, salas. Mesmo quando não existe a presença física de alguém, o aluno é induzido a comportar-se como se houvesse um olhar permanente e atento.

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1984, p. 131).

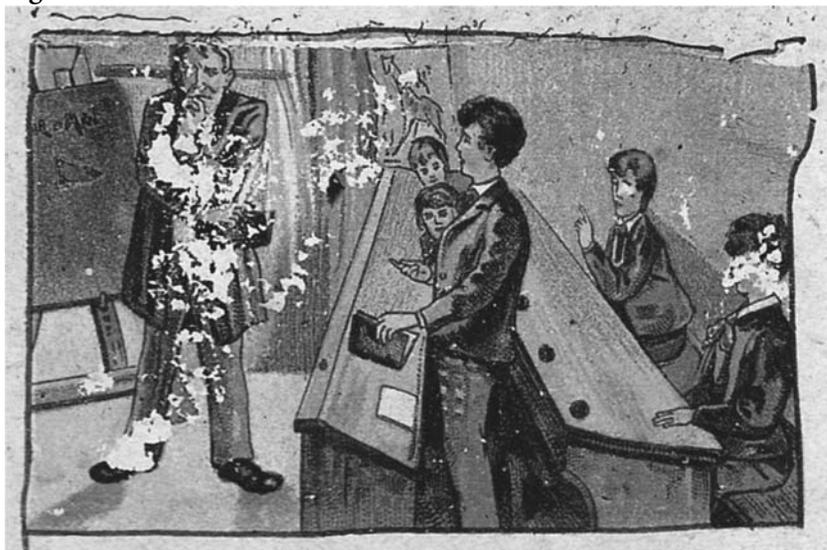
⁷ As escolas públicas eram bastante detalhistas na descrição do rol dos objetos. Eis a relação da 2ª cadeira enviada pelo Professor José Maria Damásio Mattos, da cidade de Rio Grande/RS: 31 ardósias; 26 1º livros de leitura (Dr. Abílio); 16 2º livros de leitura (Dr. Abílio); 6 3º livros de leitura (Dr. Abílio); 3 gramáticas de Kramer Walter; 14 gramáticas de Villeroy; 11 doutrinas; 25 aritméticas; um maço de lápis; uma resma de papel; 2 mapas; 14 quadros com exemplares de escrita; 2 mesas e 2 cadeiras; 1 estrado; 2 pedras; 13 escrivaninhas; 43 bancos; uma caixa de penas de aço; 4 garrafas de tinta; 24 canetas; 1 talha; 1 armário; 35 tinteiros; 1 tabuleta com as armas imperiais. (14.10.1878).

⁸ Manuscrito: arquivo dos autores.

Essa dimensão ganha contornos mais amplos no recinto da sala de aula. Nesse espaço, conforme vimos, a autoridade do professor é incontestável, posto que a ele cabe ordenar e dirigir. Aos alunos resta a obediência, o silêncio e as respostas quando inquiridos.

Pela imagem (figura 1), podemos vivenciar o contexto de uma sala de aula no século XIX: classes em fila, alunos decentemente vestidos e em ordem. À direita o típico quadro-negro apoiado em cavaletes, para fazer exercícios na “pedra”. Nos longos bancos (classes), os buracos para os tinteiros. Um dos alunos provavelmente encontra-se respondendo às perguntas do professor, as famosas “lições”. Ambos, professor e aluno, estão concentrados, o aluno tentando não errar, o professor procurando o erro. Os demais acompanham atentamente o desenrolar da aula. A lição parece ser conduzida pelo conteúdo do compêndio (um exemplar na mão do professor, outro na do aluno). Ao fundo, um cartaz com imagem de uma girafa. Diversos relatos de estudantes reafirmam esse uso. Reina disciplina, controle e organização.

Figura 1 – Sala de aula no século XIX



Fonte: Davinis e Trainer (1887).⁹

⁹ Adesivo provavelmente francês na contracapa desse livro. DAVIDIS, Henriette; TRAINER, Theodore. *Kleines Kochbuch* [Pequeno manual de cozinha]. Leipzig: Berlag von Belhagen, 1887.

As salas de aula, em geral retangulares, de tamanho reduzido e com um estrado na frente, com disposição dos bancos em fileiras facilitavam o controle do professor sobre os alunos.

Em suas memórias, Antônio Álvares Pereira Coruja, ao relatar como era a aula do Padre Tomé, deixou registrado um “retrato” desse espaço escolar:

Um quarto de hora antes da designada para as lições, o padre mestre abria a porta da sala; e esta era de toda a simplicidade, contendo só o essencialmente necessário: bancos de encosto, cadeiras junto à parede entre as duas janelas, para assento do padre mestre, e defronte desta uma pequena mesa com gaveta em que se guardavam as seletas e o tinteiro; e nas paredes [...] cinco grandes mapas geográficos pendentes, a saber: o mapa-múndi e as quatro partes do mundo. (CORUJA, 1996, p. 85-86).

Na sala de aula de então, a figura do professor encontra-se numa posição de relevo e dominando o contexto. Sua figura mormente é retratada de frente. Os alunos, por sua vez, são vistos de costas, prestando atenção e em posição subalterna.

Em quase todas, o estrado é bem visível. Os bancos de madeira são longos e ocupados por dois ou mais alunos, não possuindo encosto. As mesas são do mesmo jeito, longas e compridas, com leve inclinação para facilitar o ato de escrever. O quadro-negro, em regra, situa-se numa das laterais da sala. Diversos outros objetos são perceptíveis, tais como: crucifixos, mapas, globos, figuras de animais e plantas pendurados nas paredes, relógios, etc.

Recordando o seu tempo de estudante, Magalhães (1859-1903) lembra do Padre Mestre Belmonte entrando em sala de aula com o seu passo pausado, fazendo ringir as grossas botas nas taboas do soalho, “por entre as filas paralelas dos bancos [...]. Os rapazes, que este ruído familiar avisava de longe, mergulhavam apressadamente os olhos nos livros abertos, simulando uma aplicação ao estudo realmente... feroz”. (1899, p. 52). Magalhães guardava no fundo da memória o tempo da palmatória:¹⁰

¹⁰ Embora tivesse sido abolido o uso da palmatória, ela continuou presente no cotidiano escolar, conforme se pode verificar pelo teor do seguinte documento: “Deseja a Câmara saber se os regulamentos dos colégios

Quando se aproximava do meu banco, apenas me distinguia entre os outros pequenos, vinha declinando a meia voz, com um sorriso paternal: Valentinus, Valentini... e batendo-me com a palma da mão sobre a cabeça: – Valentino!... Um dia, na aula de latim, deu-me dois bolos... Não sei que contrariedade lhe havia, naquela manhã, agastado o espírito; o certo é que entrou para a aula com uma das mãos passada atrás das costas, o sobr’olho carregado, a cabeça mais enterrada sobre o peito do que de costume... Sinais evidentes de que trazia consigo duas coisas terríveis: um vivo desejo de dar bolos e... a palmatória. (1899, p. 53-54).

Com as mãos nas costas, passava por entre eles fiscalizando o estudo, afagando a cabeça de um, sacudindo com um ligeiro “piparote” as orelhas de um preguiçoso, atendendo solícito ao pedido de explicação de outro. Finalmente, “sentou-se e gritou: – Cheguem-se cá, fiquem em volta da mesa. Nós obedecemos, tremendo. – Vá, comece você”. (1899, p. 54).

O que os alunos mais escutam são ordens: “Levante-se! – ordenou o professor” (FLAUBERT, 1884, p. 2); “Quinhentos versos a toda classe! – bradou o mestre.” (1884, p. 4). Esse contexto era muito semelhante ao da Europa, ao menos o de Portugal e o da Espanha. O escritor português Eça de Queiroz (1845-1900) não tinha uma visão positiva da sala de aula, “nem espaço, nem asseio, nem arranjo, nem luz, nem ar. Nada torna o estudo tão penoso como a fealdade da aula”. (1891, p. 112). Do mesmo modo, Ramalho Ortigão (1836-1915) descrevia o colégio como uma “casa triste e sombria”. As paredes possuíam “riscos e letras a lápis”, no chão escuro, “pedaços de papéis rasgados”. As aulas, “sujas pela lama que trazem as botas dos externos, os bancos lustrados pelo uso, as carteiras de pinho pintadas de preto, os transparentes das janelas manchados pela chuva, a lousa negra polvilhada de giz [...] infundem uma tristeza lúgubre”. (1889, p. 10-11).

particulares que estabeleçam como disciplina, os castigos físicos, ficam, neste ponto, de pé, diante do que dispõe o artigo 18 do regulamento citado (de 22 de fevereiro), que expressamente proíbe os castigos corporais, e determina quais devam ser os de que podem lançar mão os professores. É certo que em alguns estabelecimentos particulares são os alunos castigados com bolos, e que em uma das escolas públicas a Comissão da Câmara encontrou sobre as mesas uma palmatória”. (RELATÓRIO DO ESTADO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE RIO GRANDE, 08.01.1879). Manuscrito: arquivo dos autores.

Presos nas quatro paredes da sala de aula, observados constantemente pelos professores, as classes dispostas em filas para dificultar os contatos e facilitar o controle, pouco restava aos alunos. As tarefas diárias, os exercícios constantes e avaliações permanentes mantinham os alunos ocupados. Os exames, por sua vez, poderiam ser para muitos uma verdadeira tortura.

Figura 2 – Sala de aula



Fonte: Contreras (1895).

Reproduzimos a seguir o relato dessas relações entabuladas dentro do espaço da sala de aula, feito de maneira arguta pelo escritor Contreras. A imagem acima acompanha o texto:

Terminada a classe de leitura, o mestre, sentado numa cadeira alta sobre um largo estrado, dá com uma régua três pancadas sobre a mesa que tem defronte. Murmúrios de vozes sumidas, tropel de passos ruidosos respondem a esse sinal: cada menino acode ao seu lugar marcado nas mesas de escrita, e por fim se restabelece o silêncio. Formando filas, de oito em oito, silenciosos, de pé e chegados aos estreitos bancos, os meninos esperam com os olhos postos na mão do mestre até que um só golpe, seco e mais forte que os anteriores, lhes diga que podem sentar-se. Novo sussurro: choques de madeira, papéis e mãos; as carteiras se abrem e fecham durante cinco minutos; os tinteiros são suspensos para observar

através do vidro o nível da tinta; os cadernos recebem de vez em quando o toque dos dedos umedecidos virando-lhes as folhas; experimenta-se a tempera das penas de aço de encontro à unha do polegar esquerdo. Já se prolongam em demasia os preparativos; risos abafados começam a misturar-se com frases ditas à meia voz e beliscões, pontapés à sorrelfa e mesmo pescoções são afinal reprimidos pela voz do mestre gritando, “Silêncio!” e pela forte e derradeira reguada sobre a mesa. Calam-se os meninos e escrevem. Na grande sala do colégio só se ouvem as penas rangendo nervosamente e o monótono zumbido das moscas. Cessa então o mestre de examinar os alunos, recosta-se um pouco à cadeira, pega num livro as mãos ambas e põe-se a ler distraidamente. (CONTRERAS, 1895, p. 77-78).¹¹

O espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tentará inculcar-lhes valores, padrões, normas de comportamento. A autoridade do professor estará alicerçada na nova “ciência pedagógica”, todo um saber teórico e prático de como manter a “boa ordem” e a “disciplina” em sala de aula é agora reivindicado. O professor, do mesmo modo que outros profissionais da educação, para governar, ver-se-á obrigado a romper os laços de amizade de seus subalternos, impondo a delação, a competição, “as odiosas comparações”, a “rivalidade nas notas”. Assim, qualquer tentativa de resistência coletiva ficaria descartada. Emerge desse universo um dispositivo fundamental: a carteira ou a classe escolar. “Este artefato destinado ao isolamento, imobilidade corporal, rigidez e máxima individualização permitirá a emergência de técnicas complementares destinadas a multiplicar a submissão do aluno”. (VARELA; ÁLVAREZ-URÍA, 1992, p. 91-92).

Ao mesmo tempo que a escola se apresentava como espaço de reclusão, de disciplina e de controle, também era espaço de ruptura, de transgressões, de indisciplina. Essas transgressões, no geral, eram concretizadas fora do espaço da sala de aula, na entrada, nos corredores, no pátio.

¹¹ No prólogo dessa obra consta: Madri, 1º de junho de 1895. Edição da Livraria Garnier, Rio de Janeiro, Paris, s/d. Novelas Infantís por Luis Ruiz Contreras. Biblioteca das Escolas.

Considerações finais

Para Petitat (1994, p. 146), a renovação do pensamento pedagógico, na segunda metade do século XVIII e em parte do século XIX, estava impregnada pela ideia de Estado. A estatização supõe certa centralização e uma abordagem global dos problemas educativos.

Esse domínio do Estado em questões pertinentes à educação vai gerar vários conflitos: em primeiro lugar, a própria definição de poder escolar; evidentemente, as ordens religiosas não aceitam ser alijadas do controle que exerciam, ressurgindo o grande debate: “a liberdade de ensino” opondo-se ao monopólio do Estado; em segundo lugar, quais conteúdos devem ser ministrados; em terceiro, a ampliação e a gratuidade do Ensino Fundamental;¹² em quarto, como articular a transição do Fundamental para o Médio, por fim a redefinição do papel do Ensino Médio.

Nesse período de estabelecimento e fortalecimento do Estado, diversos debates ocorreram em torno dessas questões. Diderot, por exemplo, pregou um ensino básico público, laico, gratuito e obrigatório. O acesso ao Médio dar-se-ia somente pela competência dos alunos. Quanto ao Ensino Médio, Petitat ajuda-nos a compreender a nova redefinição social e cultural que irá pautar os debates,

temas como a tradução escolar da cultura moderna e científica, as divisões institucionais a realizar, as distinções em relação ao ensino clássico, a modernização destes últimos, são objeto de amplos debates e conflitos. A redefinição cultural da elite está em jogo. (1994, p. 147).

Estrutura-se uma “cultura escolar” que divide e disciplina o tempo na escola, tendo um papel crucial na implantação de novos métodos didáticos, estabelecimento de programas, adoção de material didático, aqui incluídos os nascentes manuais.

Essa nova escola submete professores e alunos a um modelo de educação altamente especializado no controle e disciplinamento de “corpos e espíritos”, a regras e ritos; passa a utilizar elementos de controle, como é o caso das chamadas; regras e comportamentos que permanecerão presentes na escola atual.

¹² Usamos a nova nomenclatura para conceituar os tipos de ensino.

Surge um novo modelo paradigmático:

Lugar de isolamento, parede que separe completamente as gerações jovens do mundo e de seus prazeres, da carne e sua tirania, do demônio e seus enganos. O modelo do novo espaço fechado [...] servirá agora de maquinaria de transformação da juventude, fazendo das crianças, esperança da igreja, bons cristãos, ao mesmo tempo que súditos submissos da autoridade real. (VARELA; ÁLVAREZ-URIA, 1992, p. 76).

O espaço da sala de aula espelha essa dura realidade, ali na presença constante do professor, sob o seu olhar, sob o seu controle, pouco resta aos alunos. Nesse espaço, uma relação permeada de disciplina, a distribuição do tempo é medida, as atividades escolares são executadas com uma regularidade assustadora e em etapas bem-delimitadas.

Em suma, o Estado passa, cada vez mais, a controlar a organização, o funcionamento e a normatização da educação, tornando a escola uma instituição laica, pública e de caráter obrigatório.

Referências

ARIËS, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.

BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Secundário e Superior: parecer e projeto*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa: fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. *Du collège au lycée (1500-1850)*. Paris: Gallimard, 1985.

CONTRERAS, Luís Ruiz. *Novelas infantis*: biblioteca das escolas. Rio de Janeiro: Garnier, 1895.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Antigualbas*: reminiscências de Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1996.

DAVIDIS, Henriette; TRAINER, Theodore. *Kleines Kochbuch* [Pequeno manual de cozinha]. Leipzig: Berlag von Belhagen, 1887.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*: moeurs de province. Paris: G. Charpentier, 1884.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público (1874)*. Brasília: Senado Federal, 2003.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: os nossos filhos: instrução pública. Lisboa: Companhia Nacional, 1889. t. VIII.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu (Chronica de Saudades)*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1905.

QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre (das Farpas)*. Lisboa: Companhia Nacional, 1891. v. 2.

REGULAMENTO E PROGRAMA do Congresso de Instrução convocado para o dia 1º de junho de 1883. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

VARELA, Julia; ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. *Arqueologia de la escuela*. Madri: La Piqueta, 1991.

_____. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, v. 6, 1992. (Dossiê: História da Educação).

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, Anped, set./dez. 1995.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

Recebido em 24 de maio de 2012.
Aprovado em 15 de junho de 2012.